



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE LARANJEIRAS DO SUL

VARA CÍVEL DE LARANJEIRAS DO SUL - PROJUDI

Rua Barão do Rio Branco, 3040 - Fórum - São Francisco - Laranjeiras do Sul/PR - CEP: 85.303-130 - Fone: 42 3635-7000 -

Celular: (42) 3635-7036 - E-mail: primeiravarajudicial@gmail.com

Autos nº. 0004775-50.2022.8.16.0104

Processo: 0004775-50.2022.8.16.0104

Classe Processual: Recuperação Judicial

Assunto Principal: Concurso de Credores

Valor da Causa: R\$7.533.573,28

- Autor(s):
- Andreia Negri Bernardt & CIA LTDA-ME (CPF/CNPJ: 13.987.644/0001-67)
Rua Marechal Floriano Peixoto, s/n - Getúlio Vargas - LARANJEIRAS DO SUL /PR - CEP: 85.304-670 - E-mail: praticaestampa@gmail.com - Telefone(s): (42) 3635-6952
 - FRANCO E BERNARSKI DOS SANTOS ME (CPF/CNPJ: 07.921.445/0001-53)
Rua Marechal Floriano Peixoto, SN BLOCO 13 E 04, QUINHAO 01 - Getúlio Vargas - LARANJEIRAS DO SUL/PR - CEP: 85.304-670
- Réu(s):
- Juízo da Vara Cível da Comarca de Laranjeiras do Sul (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
Rua Barão do Rio Branco, 3066 - LARANJEIRAS DO SUL/PR

1. Trata-se de pedido de *Recuperação Judicial* ajuizado por **Prática Estampa Importação e Exportação Ltda e Andreia Negri Bernardt & Cia Ltda., ambas qualificadas.**

As pessoas jurídicas requerentes afirmam na petição inicial que atuam no ramo de festas há mais de 20 anos, havendo iniciado suas atividades em Cantagalo e em Laranjeiras do Sul e, posteriormente, expandido sua atuação para diversos Estados brasileiros. Visando o incremento de sua atividade, as empresas adquiriram balões metalizados para uso em seus eventos, havendo realizado empréstimo para custear a operação. Sucedeu que, logo após a chegada da mercadoria, teve início a pandemia de Covid-19. Em virtude do isolamento social, o estabelecimento das requerentes permaneceu fechado por mais de 8 meses, sendo o ramo de festas um dos mais afetados. As empresas tiveram que realizar novos empréstimos para manter-se, e mesmo com a posterior retomada dos eventos, a disponibilidade de caixa das requerentes não se mostrou suficiente para cumprir com todas as obrigações que contraíram. Apontaram, assim, que sua situação patrimonial se encontra desequilibrada diante de todo esse contexto, tendo em vista a necessidade de contratação de empréstimos para manutenção da atividade empresarial e que a razão maior da crise econômico-financeira foi a interrupção abrupta das atividades por conta da pandemia de Covid-19. Asseveram as autoras que atuam em conjunto em seu ramo empresarial, sendo que os sócios vivem em regime de união estável há mais de 20



anos, havendo, pois, um grupo econômico de fato, considerando que compartilham a mesma estrutura negocial. Diante disso, revela-se aplicável ao caso a figura da consolidação processual, que permite a apresentação de plano de recuperação único e a nomeação de um mesmo administrador judicial para ambas as pessoas jurídicas. Ainda, revela-se possível a aplicação do instituto da consolidação substancial, uma vez que há entre as ora requerentes relação de controle e dependência e atuação conjunta no mercado. Aduziram que os bens essenciais à manutenção das atividades em recuperação, quais sejam, o imóvel em que localizada a sede das empresas e os caminhões de transporte de mercadorias, devem permanecer em sua posse durante o trâmite do procedimento recuperacional. Alegaram, por fim, atender a todos os requisitos legais exigidos para que seja processada a recuperação judicial.

Requereram o processamento da recuperação judicial e a concessão de tutela de urgência para o especial fim de: **a)** suspender o trâmite de todas as ações ou execuções propostas contra as Requerentes e avalistas/fiadores, na forma do art. 6º da LRF, com a ressalva do direito das requerentes de buscar a liberação de ativos bloqueados, comunicando-se aos respectivos juízos onde estas tramitam; **b)** determinar que não sejam efetuados protestos e inscrições nos órgãos de proteção ao crédito, de todos os créditos constantes na relação de credores; **c)** declarar a essencialidade dos bens descritos no item VI da petição inicial e a consequente proibição de sua retirada do estabelecimento das requerentes, até a homologação do Plano de Recuperação Judicial e respectivo cumprimento.

É, em síntese, o relatório. Decido.

2. Do litisconsórcio ativo – consolidação processual e consolidação substancial

2.1. A Lei nº 14.112/2020 incluiu na Lei nº 11.101/2005 o art. 69-G, passando este último diploma, então, a prever expressamente a possibilidade de litisconsórcio ativo entre duas ou mais sociedades pertencentes ao mesmo grupo em um único pedido de recuperação judicial, nos seguintes termos: “*os devedores que atendam aos requisitos previstos nesta Lei e que integrem grupo sob controle societário comum poderão requerer recuperação judicial sob consolidação processual*”.



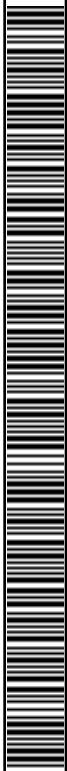
No presente caso, os requerentes demonstraram que integram grupo sob controle societário comum, uma vez que se encontram sediadas no mesmo endereço, possuem o mesmo nome fantasia e os mesmos e-mails e telefones de contato – conforme se verifica em consulta aos CNPJs de ambas as empresas junto ao sítio eletrônico do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica vinculado ao Ministério da Economia –, bem como porque se denota a existência de dependência econômica entre as requerentes, revelada pelo desempenho da mesma atividade empresarial, além dos sócios das empresas integrarem o mesmo grupo familiar, haja vista a indicação de existência união estável contida no R-2 da matrícula de seq. 1.19, de modo que o funcionamento de uma depende diretamente do funcionamento da outra.

Sendo assim, constatada a formação de grupo econômico entre elas, é possível o processamento em conjunto da recuperação judicial, porquanto reconhecida a consolidação processual, nos termos do art. 69-G da Lei nº 11.101/2005, cabendo destacar que, nesta hipótese, apenas um administrador judicial será nomeado, consoante o contido no art. 69-H da Lei de Recuperação e Falência.

2.2. Também a partir das modificações e inclusões trazidas pela Lei nº 14.112/2020, a Lei nº 11.101/2005 passou a prever a figura da consolidação substancial, *in verbis*:

Art. 69-J. O juiz poderá, de forma excepcional, independentemente da realização de assembleia-geral, autorizar a consolidação substancial de ativos e passivos dos devedores integrantes do mesmo grupo econômico que estejam em recuperação judicial sob consolidação processual, apenas quando constatar a interconexão e a confusão entre ativos ou passivos dos devedores, de modo que não seja possível identificar a sua titularidade sem excessivo dispêndio de tempo ou de recursos, cumulativamente com a ocorrência de, no mínimo, 2 (duas) das seguintes hipóteses:

- I - existência de garantias cruzadas;
- II - relação de controle ou de dependência;
- III - identidade total ou parcial do quadro societário; e
- IV - atuação conjunta no mercado entre os postulantes.



Ou seja, para o reconhecimento da consolidação substancial deve ser possível aferir, no caso concreto, a ocorrência de ao menos duas das hipóteses legalmente elencadas acima.

No caso, a partir do que se extrai da exordial e dos documentos a ela anexados, verifica-se que há demonstração de relação de dependência entre as requerentes, bem como sua atuação conjunta no mercado.

Com efeito, os documentos anexados aos seqs. 1.3 a 1.8 evidenciam que as requerentes compartilham entre si os mesmos credores, as mesmas projeções de fluxo de caixa e os mesmos empregados, do que se denota a existência de uma relação de dependência entre as empresas. Ainda, a atuação de ambas em conjunto no mercado é evidente, a partir do que se extrai da petição inicial, tendo em vista que requerentes atuam no mesmo ramo de negócio, como evidenciam, aliás, os seus objetos sociais (seq. 1.9).

Destarte, verificadas no caso concreto a ocorrência de duas das hipóteses previstas no referido art. 69-J da Lei nº 11.101/2005, há como se reconhecer a interconexão e a confusão entre ativos e passivos dos devedores pretendentes à recuperação judicial. Assim, o pedido de consolidação substancial merece deferimento.

Em decorrência da consolidação substancial, os ativos e os passivos das requerentes serão tratados como se pertencessem a um único devedor (art. 69-K da Lei nº 11.101/2005). Nesse sentido, as empresas deverão apresentar plano de recuperação judicial unitário, que discriminará os meios de recuperação a serem empregados e que será submetido a uma assembleia-geral de credores para a qual serão convocados os credores dos devedores de ambas (art. 69-L da Lei nº 11.101/2005).

3. Do deferimento da Recuperação Judicial

A teor do art. 47 da Lei nº 11.101/2005, o processo de recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.



No presente caso, não vislumbro indícios de que a atividade exercida pelos requerentes seja inviável ou de que eles não detenham condições de se recuperar financeira, econômica e comercialmente, sendo cabível o pedido de recuperação judicial.

Da análise dos documentos apresentados nos autos, notadamente dos anexados aos seqs. 1.10 e 1.11, denota-se que os requerentes exercem suas atividades há mais de dois anos, não se tratam de empresas falidas, não houve requerimento/concessão anterior de recuperação judicial e os sócios não foram possuem condenação pela prática dos crimes previstos pela Lei nº 11.101/2005, preenchendo, assim, os requisitos do art. 48 da referida Lei.

Ainda, noto que foram apresentados todos os documentos previstos pelo art. 51 da Lei nº 11.101/2005 para o processamento do pedido de recuperação judicial, uma vez que foram expostas na petição inicial as causas concretas da situação patrimonial dos devedores e das razões da crise econômico-financeira (art. 51, I – seq. 1.1); constam dos autos as demonstrações contábeis das empresas relativas aos três últimos exercícios sociais, compostas de balanço patrimonial, demonstração de resultados acumulados, demonstração de resultado desde o último exercício social, relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção, e descrição das sociedades do grupo (art. 51, II – seqs. 1.3 a 1.6); a relação nominal completa dos credores (art. 51, III – seq. 1.7); a relação integral dos empregados (art. 51, IV – seq. 1.8); a certidão de regularidade dos devedores no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores (art. 51, V – seq. 1.9); a relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores (art. 51, VI – seq. 1.12); os extratos atualizados das contas bancárias e de eventuais aplicações financeiras dos requerentes (art. 51, VII – seq. 1.13); certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio /sede dos devedores e naquelas onde possuem filial (art. 51, VIII – seq. 1.14); a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais e procedimentos arbitrais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados (art. 51, IX – seq. 1.15); o relatório detalhado do passivo fiscal (art. 51, X – seq. 1.16); e a relação de bens e direitos integrantes do ativo não circulante (art. 51, XI – seq. 1.17).



Sendo assim, preenchidos os requisitos do art. 48 da Lei nº 11.101/2005 e apresentada a documentação exigida pelo art. 51 da mesma Lei, **DEFIRO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, com fulcro no art. 52 da Lei nº 11.101/2005.

4. Dos pedidos de urgência formulados pelas requerentes (tópico VIII, itens iv e v, da petição inicial)

Pugnaram as requerentes, em sede de tutela de urgência, pelo seguinte: **a)** a suspensão do trâmite de todas as ações ou execuções propostas contra as Requerentes e avalistas /fiadores, na forma do art. 6º da LRF, com a ressalva do direito das requerentes de buscar a liberação de ativos bloqueados, comunicando-se aos respectivos juízos onde estas tramitam; **b)** a determinação de que não sejam efetuados protestos e inscrições nos órgãos de proteção ao crédito, de todos os créditos constantes na relação de credores; **c)** a declaração de essencialidade dos bens descritos no item VI da petição inicial e a consequente proibição de sua retirada do estabelecimento das requerentes, até a homologação do Plano de Recuperação Judicial e respectivo cumprimento.

4.1. No tocante ao pedido de suspensão do trâmite de todas as ações ou execuções propostas contra as Requerentes e avalistas/fiadores, com a ressalva do direito das requerentes de buscar a liberação de ativos bloqueados, este decorre diretamente do deferimento do processamento da recuperação judicial, por força de lei, nos termos do art. 6º da LRF (vide determinação de item 8 da presente decisão).

4.2. Quanto ao pedido para que não sejam efetuados protestos e inscrições nos órgãos de proteção ao crédito, é firme o entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça no sentido de que as inscrições em órgãos de proteção ao crédito e protestos já existentes em detrimento das recuperandas somente devem ser baixados após a homologação do plano de recuperação judicial, desde que, por óbvio, esteja a dívida inscrita/protestada contemplada no plano de recuperação. Nesse sentido:



INDEFERE O PEDIDO DE RETIRADA DE TODOS OS APONTAMENTOS EM EVENTUAIS CARTÓRIO DE PROTESTO, SERASA, SPC E CCF RELATIVOS AOS TÍTULOS ORIUNDOS DE CRÉDITOS SUJEITOS A ESTE PROCESSO – INSURGÊNCIA DAS RECUPERANDAS – PEDIDO DE BAIXA DAS RESTRIÇÕES CREDITÍCIAS EM RAZÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA AFETADA PELA PANDEMIA DE COVID-19 – INOVAÇÃO RECURSAL CONFIGURADA – QUESTÃO NÃO DEBATIDA NA DECISÃO AGRAVADA – ALEGAÇÃO QUE NÃO PODE SER CONHECIDA – **PEDIDO DE BAIXA DAS RESTRIÇÕES CREDITÍCIAS EM RAZÃO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL - IMPOSSIBILIDADE – PROCESSAMENTO DA AÇÃO QUE, APESAR DE SUSPENDER O TRÂMITE DAS AÇÕES E EXECUÇÕES EXISTENTES CONTRA AS EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO, NÃO AFETA O DIREITO MATERIAL DOS CREDORES - BAIXAS QUE PODEM SER REALIZADAS APÓS HOMOLOGAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – PRECEDENTES DO STJ – ENUNCIADO Nº 54 DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – DIFICULDADES EM NEGOCIAR NOVOS SERVIÇOS E EM CONTRATAR NOVOS EMPRÉSTIMOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES QUE NÃO JUSTIFICAM O DEFERIMENTO DO PEDIDO - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO CONCRETA DOS FATOS RELATADOS – NEGÓCIOS REALIZADOS APÓS O DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL QUE SÃO EXTRACONCURSAIS – DECISÃO AGRAVADA QUE, ADEMAIS, DISPENSOU A APRESENTAÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES - RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, NÃO PROVIDO. (TJPR - 17ª C. Cível - 0027713-31.2020.8.16.0000 - Maringá - Rel.: Desembargadora Rosana Amara Girardi Fachin - J. 15.02.2021). (grifei).**

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. **SUSPENSÃO DOS EFEITOS DOS PROTESTOS E RETIRADA DE RESTRIÇÕES DE ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO ANTES DE HOMOLOGADO O PLANO DE RECUPERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.** NOVAÇÃO DAS DÍVIDAS QUE OCORRE SOMENTE APÓS A HOMOLOGAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. (STJ. REsp 1260301/DF, Rel. Ministra Nancy Andrigli, Terceira Turma, julgado em 14 /08/2012, DJe 21/08/2012). (grifei).

O referido posicionamento é firme, havendo sido publicadas, inclusive, duas teses pelo Superior Tribunal de Justiça em seus cadernos de jurisprudências em teses, *in verbis*:

3) Apenas após a homologação do plano de recuperação judicial é que se deve oficializar aos cadastros de inadimplentes para que providenciem a baixa dos protestos e inscrições em nome da recuperanda. (Edição nº 37 – Caderno Recuperação Judicial II)

6) Somente após a concessão da recuperação judicial, com a homologação do plano e a novação dos créditos, é possível promover a retirada do nome da recuperanda dos cadastros de inadimplentes. (Edição nº 59 – Caderno Cadastro de Inadimplentes).



Sendo assim, não é possível a baixa das inscrições em órgãos de proteção ao crédito e dos protestos já existentes em detrimento das recuperandas.

Não obstante, em que pese a ausência de previsão legal para o deferimento do pedido de abstenção de novas inscrições do nome das empresas em recuperação nos cadastros de restrição ao crédito, a matéria deve ser analisada sob o viés do Princípio da Função Social da Empresa.

É certo que deferimento do pedido de recuperação judicial é incompatível com a continuidade da inclusão do nome das recuperandas e de seus sócios nos cadastros de restrição ao crédito, uma vez que isso inviabilizaria a reorganização da pessoa jurídica, que é plenamente dependente de crédito bancário para a continuidade de suas atividades.

Nessas condições, considerando que o objetivo maior da Lei nº 11.101/2005 é o de justamente adotar providências que viabilizem uma franca recuperação da empresa, tem-se que a medida pugnada deve levar em conta função social de preservação da empresa e seus empregados.

Dessa forma, estando as empresas requerentes em processo de recuperação judicial, é plenamente possível proibir que novas inscrições sejam realizadas em nome das recuperandas e de seus sócios pelos credores contemplados no pedido de recuperação judicial, referente a títulos vencidos ou não, desde que não tenham sido emitidos anteriormente à presente decisão.

4.3. Quanto ao pedido de declaração de essencialidade dos bens descritos no item VI da petição inicial e a consequente proibição de sua retirada do estabelecimento das requerentes, até a homologação do Plano de Recuperação Judicial e respectivo cumprimento, entendendo que este também comporta acolhimento em sede liminar.

O art. 49, §3º, da Lei nº 11.101/2005, estatui que, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º da LRF, não se permite a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial. Ou seja,



a própria Lei de Recuperação e Falência prevê a possibilidade de reconhecimento da essencialidade de bens integrantes do patrimônio da pessoa jurídica que pretende a recuperação judicial.

Não é demais lembrar, neste ponto, que a função da Lei de Recuperação e Falências é, precipuamente, manter a atividade produtiva da empresa, evitando o comprometimento da continuidade de seu desenvolvimento. O próprio art. 47 dispõe que o instituto da recuperação judicial serve ao propósito de viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

No caso, em sede de juízo de cognição sumária, levo em consideração que a sede das requerentes se situa no imóvel objeto da matrícula nº 37.997 do CRI de Laranjeiras do Sul, alienado fiduciariamente, lá se concentrando a atividade produtiva das empresas, conforme revela o documento de seq. 1.19. Além disso, as próprias fotografias anexadas aos seqs. 1.19, 1.23 e 1.25 indicam que os caminhões e o veículo são efetivamente utilizados no transporte das mercadorias comercializadas pelas empresas, que possuem frota própria, nos termos da documentação de veículos juntada aos seqs. 1.20 a 1.25.

Diante disso, entendo que, na senda do exposto na exordial, o bem imóvel e os bens móveis indicados são essenciais à atividade das requerentes, na medida em que propiciam a distribuição dos produtos que são comercializados pelas empresas, sendo eles, assim, de vital importância na manutenção da atividade produtiva das requerentes, visando a superação do momento de crise econômico-financeira, razão pela qual, reputo preenchido o requisito afeto à probabilidade do direito.

Em casos semelhantes, inclusive, assim decidiu o E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná:

Agravo de Instrumento. Recuperação judicial. Contrato ajustado com alienação fiduciária. Suspensão de leilão extrajudicial. Possibilidade. Ainda que existente ação anterior de cunho anulatório, cuja liminar era para estancar a venda extrajudicial e não foi concedida à empresa recuperanda, a nova situação sobre a retirada bem essencial, e na iminência de ocorrer, está a ensejar decisão positiva.



Permanência do bem alienado fiduciariamente na posse da devedora fiduciária, mormente quando se trata da sede da empresa (parque fabril da recuperanda). Bem essencial à atividade da empresa. Aplicação do art. 49, § 3º (parte final) da Lei nº 11.101/2005. Enaltecimento ao princípio da preservação da empresa. Recurso provido. (TJPR - 18ª Cívél - 0034731-74.2018.8.16.0000 - Toledo - Rel.: JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU DENISE ANTUNES - J. 07.08.2019). (grifei).

Agravo de Instrumento. Recuperação judicial. Decisão que indeferiu pedido de declaração de essencialidade do bem para o desenvolvimento das atividades da agravante. **Comprovação de que o bem é essencial para a atividade comercial da empresa. Caminhão que realiza o transporte dos móveis fabricados pela recuperanda.** Recurso provido. (TJPR - 18ª Cívél - 0043371-66.2018.8.16.0000 - Maringá - Rel.: JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU DENISE ANTUNES - J. 08.05.2019). (grifei).

Assim, ainda que os bens indicados como essenciais sejam objeto de alienação fiduciária, conforme indicado na petição inicial e demonstrado pelos documentos anexados aos autos, o STJ mantém entendimento no sentido de que os bens decorrentes de alienação fiduciária se submetem aos efeitos da recuperação judicial, excepcionalmente, quando são tidos como essenciais para a continuação das atividades, como sucede no presente caso. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BENS ESSENCIAIS À ATIVIDADE EMPRESARIAL. EXCEPCIONAL SUBMISSÃO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. **1. O credor titular da posição de proprietário fiduciário ou detentor de reserva de domínio de bens móveis ou imóveis não se sujeita aos efeitos da recuperação judicial (Lei 11.101/2005, art. 49, § 3º), ressalvados os casos em que os bens gravados por garantia de alienação fiduciária cumprem função essencial à atividade produtiva da sociedade recuperanda. Precedentes.** 2. Agravo interno não provido.” (AgInt no AgInt no AgInt no CC 149.561/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/08/2018, DJe 24/08/2018). (grifei).

Portanto, à vista do exposto, o pedido de reconhecimento da essencialidade do imóvel e dos veículos indicados, merece deferimento.

5. Ante o exposto, **CONCEDO PARCIALMENTE** a antecipação de tutela pleiteada, para o fim de: **(i) proibir a realização de novos protestos ou inscrições em cadastros de inadimplentes** em nome das recuperandas e de seus sócios pelos credores



contemplados no pedido de recuperação judicial, referente a títulos vencidos ou não, desde que não tenham sido emitidos anteriormente à esta decisão e **(ii) reconhecer a essencialidade** do imóvel urbano descrito na Matrícula Imobiliária nº 37.997 do CRI de Laranjeiras do Sul, do Caminhão VW 11180 DCR, marca Volkswagen, ano/mod 2022/2023, Chassi 9535V6TB9PR012043, RENAVAL 32058, do Caminhão VW 11180 DCR4X2 V-Tro, marca Volkswagen, ano/mod 2022/2023, Chassi 9535V6TB8PR025155, RENAVAL 320585 e do Furgão Jumpy, marca Citroen, ano/mod 2021/2022, Chassi 9V7VBBHXGNA801726, RENAVAL 01272927528, **vedando, por conseguinte, a retirada desses bens da posse das requerentes**, até a homologação do plano de recuperação judicial e o seu respectivo cumprimento.

6. Nomeio como ADMINISTRADOR JUDICIAL a pessoa jurídica M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA ADMINISTRADORA JUDICIAL, inscrita no CNPJ nº 07.166.865/0001-71, sob a responsabilidade do sócio Marcio Roberto Marques (OAB/PR nº 65.066).

6.1. Nos termos do art. 24 da Lei nº 11.101/2005, a remuneração do administrador judicial deve ser fixada em observância à capacidade de pagamento do devedor, o grau de complexidade do trabalho e os valores praticados no mercado para o desempenho de atividades semelhantes.

No presente caso, deve ser levado em conta que a recuperação conta com um litisconsórcio ativo de duas empresas, que o passivo total sujeito à recuperação judicial gira em torno de R\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais), considerando, para essa estimativa, os débitos existentes com credores, ações judiciais e o Fisco (seqs. 1.7, 1.15 e 1.16), bem como o fato de que as recuperandas estão localizadas no interior do Estado do Paraná, o que demandará, além das viagens de descolamento, um vasto trabalho por parte do administrador e de seus auxiliares.

Nessas condições e considerando a capacidade de pagamento do devedor, o grau de complexidade do trabalho, os valores praticados no mercado para o desempenho de



atividades semelhantes e o limite estabelecido pelo §1º do art. 24 da Lei nº 11.101/2005, entendo justo e razoável a fixação dos **HONORÁRIOS** em **3% (três por cento) do valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial.**

Para saldar essa remuneração as recuperandas deverão adiantar a quantia mensal de **R\$ 20.000,00** (vinte mil reais), até o limite do montante fixado, devendo ser paga cada parcela até o dia 10 de cada mês, a partir de agosto/2022, mediante depósito direto na conta indicada pela administradora judicial, que deverá expedir documento fiscal hábil a comprovar o pagamento.

Quando do encerramento da recuperação judicial, o saldo de honorários remanescente deverá ser pago em parcela única, no prazo de 30 dias, após apresentação de relatório circunstanciado previsto no art. 63, III, da Lei nº 11.101/2005.

Consigno, por fim, que a reserva prevista pelo §2º do art. 24 da Lei nº 11.101/2005 aplica-se somente às ações de falência, consoante entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça^[1].

6.2. Intime-se o administrador nomeado para que informe se aceita o encargo no prazo de 15 (quinze) dias.

6.3. Aceito o encargo, o administrador deverá assinar o termo de compromisso no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, nos termos do art. 33 da Lei nº 11.101/2005.

6.4. Fica a pessoa jurídica nomeada ciente de que deverá declarar, no termo de que trata o art. 33 da Lei nº 11.101/2005, o nome de profissional responsável pela condução do processo de recuperação judicial, que não poderá ser substituído sem autorização deste Juízo.

7. Determino a dispensa da apresentação de certidões negativas para que os devedores exerçam suas atividades, observado o disposto no §3º do art. 195 da Constituição Federal e no art. 69 da Lei nº 11.101/2005.



8. Determino a SUSPENSÃO do trâmite de todas as ações ou execuções em curso contra os devedores pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, na forma do art. 6º, *caput* e §4º c/c o art. 189, §1º, I, ambos da Lei nº 11.101/2005 e do precedente firmado no Resp nº 1.699.528/MG, permanecendo os respectivos autos nos juízos onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º do art. 6º da Lei nº 11.101/2005 e as relativas a créditos excetuados na forma dos §§ 3º e 4º do art. 49 da Lei nº 11.101/2005. Registre-se que tal prazo é prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que o devedor não haja concorrido com a superação do lapso temporal.

Com relação a eventuais **buscas e apreensões de bens garantidos por alienação fiduciária** em trâmite contra os requerentes, ainda que o crédito não se submeta aos efeitos da recuperação judicial, não é permitida durante o prazo de *stay period* a venda ou a retirada dos bens alienados fiduciariamente do estabelecimento do devedor sem que antes este Juízo analise a essencialidade de tais bens para a atividade empresarial, nos termos do art. 49, §3º, da Lei nº 11.101/2005.

8.1. Junte cópia da presente decisão em todas as ações e execuções ajuizadas contra os devedores em trâmite nesta Comarca.

8.2. Oficie-se, quando possível via mensageiro, aos Juízos Cíveis, Juizados Especiais Cíveis, Justiça do Trabalho e Justiça Federal de todas as Comarcas do Estado em que os autores possuam filiais, informando o deferimento do processamento da recuperação judicial dos requerentes.

8.3. No mais, consigno que cabe ao devedor comunicar a suspensão aos Juízos competentes (art. 52, §3º, da Lei nº 11.101/2005).

9. Intimem-se os requerentes para que apresentem contas demonstrativas mensais. Para tanto, a fim de evitar tumulto e confusão processual, deverão autuar em apartado a prestação de contas.

10. Intimem-se o Ministério Público e as Fazendas Públicas federal e de todos os Estados, Distrito Federal e Municípios em que o devedor tiver estabelecimento, a fim



de que tomem conhecimento da recuperação judicial e informem eventuais créditos perante o devedor, para divulgação aos demais interessados.

11. Expeça edital, nos termos do art. 52, §1º, da Lei nº 11.101/2005.

12. Expeçam-se ofícios à Junta Comercial do Estado do Paraná e à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, determinando-se que promovam a anotação da recuperação judicial ora deferida nos registros competentes (art. 69, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005).

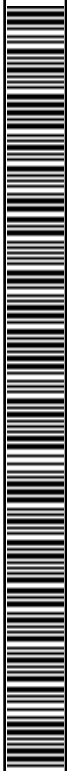
13. Intimem-se as requerentes para que apresentem o plano de recuperação no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias corridos (art. 6º, *caput* e §4º c/c o art. 189, §1º, I, ambos da Lei nº 11.101/2005 e Resp nº 1.699.528/MG), nos termos do art. 53 da Lei nº 11.101/2005. No caso, considerando o deferimento do pedido de consolidação substancial, as requerentes devem apresentar plano de recuperação judicial unitário, que discriminará os meios de recuperação a serem empregados e que será submetido a uma assembleia-geral de credores para a qual serão convocados os credores dos devedores de ambas, à vista do contido nos arts. 69-J, 69-K e 69-L da Lei nº 11.101/2005.

14. À vista do contido no item IX, do tópico VIII, da petição inicial, registre-se que, nos termos do art. 189, §1º, I, da Lei nº 11.101/2005, com a redação dada pela Lei nº 14.112/2020, todos os prazos previstos na Lei de Recuperação e Falência ou que dela decorram serão contados em dias corridos, aplicando-se o Código de Processo Civil de forma subsidiária, no que não for incompatível com os princípios daquela lei, tendo em vista a necessidade de conferir maior celeridade ao processo recuperacional.

15. Por fim, **defiro** o contido no item X, do tópico VIII, da petição inicial. À Escrivania para que promova as diligências necessárias no sistema Projudi visando a preservação do sigilo dos dados bancários indicados nos autos, notadamente dos documentos de seqs. 1.8 e 1.13.

16. Intimações e diligências necessárias, servindo a presente como mandado /ofício.

Laranjeiras do Sul, data e horário de inserção no sistema.



(assinado digitalmente)

Paulo Henrique Dias Drummond

Juiz de Direito

[1] RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. **HONORÁRIOS DO ADMINISTRADOR JUDICIAL. RESERVA DE 40%. ARTS. 24, § 2º, DA LFRE. INAPLICABILIDADE NO ÂMBITO DOS PROCESSOS DE SOERGUMENTO.** 1. Recuperação judicial requerida em 15/12/2015. Recurso especial interposto em 24/3/2017 e concluso ao Gabinete em 11/12/2017. 2. O propósito recursal é definir se a regra do art. 24, § 2º, da Lei 11.101/05 - que trata da reserva de honorários do administrador judicial - aplica-se também aos processos de recuperação ou apenas às ações de falência. 3. **O art. 24, § 2º, da LFRE faculta a reserva de 40% dos honorários do administrador judicial para pagamento posterior, providência que se condiciona, segundo a mesma norma, à verificação e à realização de procedimentos relativos estritamente a processos de falência - (i) prestação de contas (após a realização do ativo e a distribuição do produto entre os credores); e (ii) apresentação do relatório final da falência, indicando valores patrimoniais e pagamentos feitos, bem como as responsabilidades com que continuará o falido.** 4. Diante disso, uma vez que as condições a que se sujeita o pagamento diferido guardam relação com procedimentos específicos de processos falimentares, não se pode considerar tal providência aplicável às ações de recuperação judicial. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (STJ - REsp: 1700700 SP 2017/0248135-5, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 05/02/2019, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 08/02/2019). (**grifei**).

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ADMINISTRADOR JUDICIAL. REMUNERAÇÃO. FIXAÇÃO. REQUISITOS. ART. 24, CAPUT, DA LEI Nº 11.101/05. COMPLEXIDADE DA CAUSA. NÃO OBSERVÂNCIA. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE. LIMITE NA INCAPACIDADE ECONÔMICA DA RECUPERANDA. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO E PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7 DO STJ. INCIDÊNCIA. **HONORÁRIOS DO ADMINISTRADOR JUDICIAL. RESERVA DE 40%. ARTS. 24, § 2º, DA LEI 11.101/05. INAPLICABILIDADE NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTE.** AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Especificamente quanto à pretensão de majoração dos honorários da Administradora Judicial, ora agravante, o exame da pretensão recursal exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ. 2. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no REsp: 1809221 MG 2019/0105099-4, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 22/02/2022, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 04/03/2022). (**grifei**).

